

**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DA PESCA  
ARTESANAL**

<b>Data:</b>	10 de Fevereiro de 2021 (terça-feira).
<b>Horário:</b>	9 hs.
<b>Local:</b>	Reunião virtual pela plataforma Google Meet
<b>Presentes (membros titulares, suplentes e outros participantes): –</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Assis Luís Lacerda Filho – Associação dos Engenheiros de Pesca de Pernambuco (titular);</li><li>• Beatriz Mesquita Jardim Pedrosa – Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ (suplente);</li><li>• Élcio Alves de Barros – Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco – SEMAS/PE (titular).</li><li>• Severino Antônio dos Santos – Conselho Pastoral dos Pescadores de Pernambuco – CPP/NE 02-PE (titular);</li><li>• João Paulo Lima – Instituto Agrônômico de Pernambuco – IPA (titular)</li><li>• Maria de Oliveira – Secretaria de Planejamento e Gestão/Coordenação do Chapéu de Palha (titular)</li><li>• Simone Ferreira Teixeira – Universidade de Pernambuco – UPE (Titular)</li><li>• Vanildo Souza de Oliveira – Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE (titular)</li><li>• Laurineide Maria - Conselho Pastoral dos Pescadores de Pernambuco – CPP/NE 02-PE (suplente);</li><li>• Rodrigo Lima – Ação Comunitária Caranguejo Uçá (suplente)</li><li>• Inamara Melo – Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (convidada)</li><li>• Wellington Lima Pereira – SEMAS/PE (convidado)</li><li>• Arlene Maria – Colônia Z-06 de Sirinhaém (convidada)</li><li>• Enilde Lima Colônia - Z-09 de São José da Coroa Grande</li><li>• Cícera Estevão - convidada</li><li>• Sérgio Mattos – convidado (ex-SPU)</li><li>• Everaldo Batista Rocha – convidado</li><li>• Fabiano Pimentel Ribeiro – Centro de Pesquisa e Conservação da</li></ul>	

biodiversidade Marinha do Nordeste / CEPENE -Titular

- Joana Mousinho –Articulação Nacional dos Pescadores - Titular
- João Cariolano – Convidado
- Beatrice Padovani – Universidade Federal de Pernambuco - Titular

Elcio Barros iniciou a reunião apresentando a proposta de pauta enviada:

1. Abertura – Inamara Mélo – Secretaria executiva de Meio Ambiente de Pernambuco
2. Seguro Defeso em Águas Interiores – Severino Antônio dos Santos, Comissão Pastoral da Pesca - CPP e representante do Ministério da Agricultura - MAPA.
3. Poluição Marinha – Rodolfo Araújo – SEMAS/PE
3. Projeto Aquisição de Pescado por Órgãos do Governo – Mavial Fonseca de Castro, IPA.
4. Avanços em Defesa do Território Pesqueiro e a Política de Termo de Autorização de Uso sustentável – TAUS – Sergio Matos.
5. Informes – Participantes da reunião.
7. Encerramento.

Os trabalhos da 10ª Reunião do Comitê Gestor da Pesca (CGPESCA) foram abertos pela Secretária Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco, Inamara Melo, que saudou todos os participantes e apresentou as pautas a serem abordadas, bem como a proposta de horário para término da reunião. Em seguida a secretária falou sobre a chegada de novos técnicos na SEMAS que irão contribuir para uma melhor atuação em todas as áreas. Inamara falou também sobre a instalação da Câmara Técnica do Clima, um passo importante dentro do trabalho na temática da mudança climática no nosso Estado. A Secretária Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade fez a fala inicial apresentando o processo de reestruturação do quadro de servidores da SEMAS, importante para um melhor acompanhamento e execução das ações da secretaria. Tratou também de algumas metas da secretaria para o ano de 2021, ressaltando como grande

guarda-chuva as questões relativas às mudanças climáticas. Comentou sobre as articulações que estão sendo feitas no que tange às discussões ambientais. Apresentou como uma das metas para este ano a finalização das oficinas sobre a pesca artesanal de maneira remota ou presencial, assim que possível por conta da pandemia. Informou sobre a realização da 1ª reunião do CONSEMA, que ocorrerá no dia 26/02 e que seria importante já ser apresentado o projeto que visa à inclusão dos pescados no sistema de compras institucionais do governo do estado, tendo como um dos mecanismos para isso a construção de uma unidade de beneficiamento de pescado em uma das colônias do litoral, projeto esse que está, tecnicamente, sendo conduzido pelo Grupo de Trabalho formado na 9ª reunião ordinária do CGPESCA em dezembro de 2020. A conselheira Beatriz Mesquita fez uma parte sobre a importância de se discutir a aplicação do ICMS socioambiental na reunião com os novos gestores municipais de meio ambiente que ocorrerá em março, de acordo com o informe da secretária Inamara Melo. Após a fala inicial da secretária foi apresentado por Elcio Barros a ata da última reunião do comitê para que fosse aprovada pelos conselheiros presentes. Após aprovação da ata, Elcio Barros lamentou a ausência de representante do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que embora convidado não compareceu à reunião nem apresentou justificativa. Então, a palavra foi passada para o Sr. Severino Santos, representante da pastoral da pesca que fez comentários sobre o seguro defeso em águas interiores. Ele citou a situação em Estados vizinhos, RN, PB e Ceará que ao contrário de Pernambuco os pescadores de águas interiores recebem o seguro defeso, descrevendo as atividades pesqueiras nas bacias do estado e as responsabilidades dos governos federal e estadual. O conselheiro Vanildo Oliveira chamou a atenção sobre a questão da pulverização da pesca no sistema governamental estadual o que, segundo o mesmo, leva Pernambuco a ter muita dificuldade na condução da política de pesca estadual, ressaltando também de uma gestão que trate mais especificamente o setor produtivo da pesca, sendo preciso criar uma estrutura institucional mais robusta voltada a pesca. O conselheiro Assis, via chat, falou da necessidade de acionar os comitês de bacia do estado para dialogar com o CGPESCA uma participação maior dos pescadores e pescadoras nas decisões destes organismos. João Pedro abordou as consequências das mudanças climáticas para a pesca no Sertão. A conselheira Laurineide tratou da necessidade deste comitê abordar as questões relativas à pesca artesanal como um

todo, chamando a atenção da dificuldade que o poder público apresenta em dialogar com os pescadores do interior do estado. A mesma questionou como se discute a questão da segurança alimentar dos pescadores(as) tendo em vista a prioridade da Semas nas mudanças climáticas? Severino Santos fez um aparte para comentar sobre a dificuldade do governo do estado em tratar os problemas na bacia do rio Ipanema que atinge a população local, inclusive os pescadores e pescadoras. Falou que o rio Ipanema pertence à Bacia do São Francisco e mesmo assim, até hoje, não tem defeso. Questionou também o fato de não haver representação de pescadores e pescadoras nos comitês de bacias, com exceção dos comitês das bacias do Capibaribe e do rio Goiana. Beatriz Mesquita apresentou a necessidade de haver uma apresentação do governo do estado de uma política de pesca também para o interior. Élcio Barros (SEMAS) trouxe a informação de que a Secretaria de Recursos Hídricos está realizando uma revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos e que haverá uma reunião dia 2 de Março do ano corrente. Em seguida foi apresentado o segundo ponto da pauta da reunião, Poluição Marinha pelo analista ambiental da SEMAS/PE Rodolfo Araújo (Gerência de Políticas Costeiras). Rodolfo, que apresentou os principais tipos de poluição marinha destacando o esgoto urbano, (o Brasil tem mais de 270 municípios costeiros), a presença de plástico nas praias e citou também o evento de derramamento de óleo ocorrido em 2019 que afetou vários estados do nordeste e sudeste do país, especialmente Pernambuco. O palestrante abordou o Plano Nacional de Combate ao Lixo do Mar (2019) e o Plano Estadual de Combate ao Lixo do Mar destacando as ações emergenciais (de curto prazo), permanentes (médio prazo) e estruturais (longo prazo). O professor Vanildo alertou que o problema da poluição do mar está em terra, tomando como exemplo a quantidade de plástico, em especial garrafas, que ficam boiando próximo ao istmo de Olinda, na região acerca da Escola de Aprendizes Marinheiros, principalmente após de grandes ciclos festivos como é o caso do carnaval. Ele afirmou ser necessário a construção de projetos para a instalação de barreiras ecológicas nesses locais. Severino Santos abordou sobre a responsabilidade do governo do estado, por meio da COMPESA, que cobra taxas altíssimas de esgotamento sanitário e, mesmo assim, os dejetos acabam sendo despejados no mar. Outro problema apresentado pelo conselheiro foi a questão do aterro de áreas estuarinas, além de chamar atenção para o tema do saneamento, o qual também não foi abordado. Apresentou, por fim, a necessidade de avançarmos na legislação que

proíba a comercialização do plástico, a exemplo do que foi feito em Fernando de Noronha. O conselheiro Vanildo exemplificou outra grande fonte poluidora que são as usinas de cana-de-açúcar que não promovem a descarte correto do que foi dispensado no processo de produção, e nos municípios do litoral sul, onde as práticas canavieiras muitas vezes se dão em regiões do litoral, isso causa problemas ao meio ambiente. O conselheiro propôs que o CGPESCA encaminhasse enviasse ofícios aos órgãos competentes, entre eles a COMPESA, para que este comitê trate do assunto com os mesmos, encaminhamento aprovado pelo conjunto dos conselheiros presentes. Outro encaminhamento sobre esta pauta foi sugerido pela conselheira Laurineide que propôs que o CGPESCA realizasse algumas ações de fiscalização nessas regiões, proposição que também foi aprovada pelo conjunto dos conselheiros presentes. A conselheira Beatrice Padovani apresentou, via chat, alguns projetos ligados a estas discussões que estão sendo executados pela Universidade Federal de Pernambuco. Encerrado as discussões sobre este ponto de pauta a reunião transcorreu com a apresentação de Sérgio Mattos sobre Termo de Ajustamento para Uso Sustentável – TAUS, o qual explanou sobre os processos em Paulista (Colônia Z-2), Sirinhaém (Colônia Z-6), Rio Formoso (Colônia Z-7), Gaibu (Colônia Z-8), São José da Coroa Grande (Colônia Z-9), Itapissuma (Colônia Z-10), Petrolina (Associação Ilha do Fogo), Petrolândia (Z-23) e uma área em Itamaracá, solicitada por grupos de pescadores. O conselheiro Bill (CPP) chamou atenção para a portaria MMA n. 34 publicada em 2/2/2021 que redefiniu as linhas de preamar. Após a apresentação, a conselheira Laurineide falou sobre a necessidade da demarcação do território pesqueiro para o reconhecimento de sua tradicionalidade e que este é reconhecido pela Política de Pesca de Pernambuco. Em seguida foram feitos os encaminhamentos, sendo deliberado que a secretaria do CGPESCA deve encaminhar correspondência a Compesa e a CPRH, solicitando a Compesa esclarecimento sobre o lançamento de efluentes no litoral, e a CPRH capacitação de membros das comunidades costeiras sobre coleta de amostras de poluição por membros das comunidades pesqueiras. O Próximo ponto de pauta seria a apresentação do relatório técnico das visitas às comunidades pesqueiras avaliadas como possíveis locais para a implementação do centro de beneficiamento de pescados, parte integrante do projeto que tem como objetivo inserir estes produtos no programa estadual de aquisição de alimentos. Em virtude da impossibilidade da participação, devidamente justificada, do conselheiro

Mavíael Fonseca que está a frente do grupo de trabalho responsável pela elaboração técnica do projeto e, pelo fato de não ter ocorrido as visitas em todas as colônias escolhidas de acordo com o planejamento e o cronograma adotado foi encaminhado como sugestão ao comitê e aprovado pelos presentes a proposta de transferir esta pauta para a próxima reunião e, se necessário, realizando uma reunião extraordinária para tratar do assunto. Por fim Élcio Barros, que esteve à frente dos trabalhos agradeceu a cooperação e a participação de todos na reunião, passando para a palavra a Secretária Inamara Mélo para que fosse feito o encerramento. Sem mais a reunião foi encerrada.